



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Processo nº: 23.648/13

Apenso nº: 371.000.843/08 (dois volumes)

Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Turismo – BRASILIATUR

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

MPC: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

Sessão: Pauta nº 60, S.O. nº 5154, de 16.8.2019

Publicação: DODF nº 155, de 16.8.2019, pág. 16

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 12/2008, firmado entre a extinta Empresa Brasileira de Turismo - Brasiliatur e a entidade associativa Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 4.648/17-CRR). Apresentação de alegações de defesa.

Improcedência da resposta oferecida, revela dos responsáveis silentes e imputação, solidária, do débito de R\$ 428.414,37 (atualizado em 13.4.2018) à Associação Grêmio Recreativo Cultural, Carnavalesco Unidos do Riacho Fundo, ao Sr. Reinado Marinho Oliveira e à Srª. Neide Paula Lima (Representantes legais da referida Associação), bem como Art. Company Agência de Modelos e Manequins Ltda. - ME (Decisão nº 3.250/18-CRR e Acórdão nº 213/18).

Interposição de Recurso de Reconsideração pela Srª. Neide Paula de Lima.

Exame de mérito.

PARECERES CONVERGENTES pelo provimento parcial do recurso para reformar a Decisão nº 3.250/18-CRR e o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Acórdão nº 213/18 e excluir a Recorrente do rol de responsáveis por estas contas especiais.

VOTO de acordo com os Pareceres. Lavratura de acórdão.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 12/2008, firmado entre a extinta Empresa Brasileira de Turismo - Brasiliatur e a entidade associativa Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo.

2. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão Tomadora apontou um prejuízo de R\$ 101.852,08 (valor original) pelo qual responsabilizou a Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo, a Sr^a. Neide Paula de Lima, o Sr. Reinaldo Marinho Oliveira e a empresa Art Company Agência de Modelos e Manequins Ltda.-ME (Relatório de Conclusão de TCE nº 145/2015 – GETAS/DIEXE/COTCE/SUCOR, fls. 391/399-v do processo apenso).

3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria-TCE nº 4/2017-DARES/COMOT/COGEA/SUBCI/CGDF (fl. 412 do processo apenso).

4. No Tribunal foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 4.648/17-CRR, fl. 149).

5. Devidamente cientificados, apenas a Sr^a. Neide Paula de Lima apresentou alegações de defesa.

6. Na Sessão de 3.7.2018, a Corte, acolhendo Voto do Conselheiro RENATO RAINHA, exarou a Decisão nº 3.250/18 (fls. 203/204), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.250/18 (CRR)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa apresentada pela Sra. NEIDE PAULA DE LIMA (fls. 160/165), para, no mérito, considerá-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



la improcedente; II – considerar, com fulcro no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/1994, revêis a Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho, a empresa ART COMPANY Agência de Modelos e Manequins Ltda.- ME e o Sr. REINALDO MARINHO OLIVEIRA, por não terem atendido à citação objeto da Decisão 4.648/2017; III – julgar, com fulcro no artigo 17, inciso III, alínea “d”, da Lei Complementar nº 01/1994, irregulares as contas de que trata a tomada de contas especial em exame; IV – notificar, com fundamento no art. 26 da Lei Complementar nº 01/1994, a Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo e seus representantes legais que assinaram o Termo de Convênio nº 12/2008, Sr. REINALDO MARINHO OLIVEIRA e Sra. NEIDE PAULA DE LIMA, bem como a empresa ART COMPANY Agência de Modelos e Manequins Ltda.- ME, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, em solidariedade, o débito no valor de R\$ 428.414,37 (quatrocentos vinte e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e sete centavos), atualizado até o dia 13/04/2018 (fl. 166), a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, decorrente das irregularidades verificadas na execução do referido convênio; V – autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, caso as medidas previstas no item anterior não surtam o efeito esperado; VI – determinar à Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer que instaure processo administrativo com vista à Declaração de Inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública, da Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo, bem como da empresa ART COMPANY Agência de Modelos e Manequins Ltda.- ME, em face das irregularidades apuradas nas contas em exame, disso dando ciência ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias; VII - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VIII - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas - SECONT, para as providências pertinentes.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.”

7.
(fl. 205).

Em decorrência do decidido, foi expedido o Acórdão nº 213/18

8. Irresignada, a Sr^a. Neide Paula de Lima interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 213/229, do qual tomou-se conhecimento por intermédio do Despacho Singular nº 513/2018-GCPM (fls. 233/234).



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

9. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 125/2019 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 246/247), de 12.2.2019, analisa a matéria nos termos seguintes:

“CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. O curso processual levou à citação da entidade e dos signatários do ajuste, além da empresa emitente das notas fiscais, em face do dano ao Erário identificado (f. 121 e 149). Posteriormente, apenas a Sra. Neide Paula de Lima, signatária do ajuste, apresentou Defesa (f. 160/165). O i. Relator, Conselheiro Renato Rainha, entendeu pela rejeição, pois a Defendente “assumiu a condição de gestora pública, sujeitando-se ao cumprimento da obrigação pessoal de prestar contas ao poder público”, sendo pacífico no TCDF “que as pessoas jurídicas de direito privado, quando celebram avença com o poder público, com vista a alcançar a finalidade pública, respondem em solidariedade com os seus administradores pelo dano causado aos cofres públicos, não havendo a necessidade de desconstituição da personalidade jurídica do ente para alcançar seus agentes” (f. 198).

3. Ademais, tendo em conta “não ser aplicável ao caso em apreciação as disposições do art. 13, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01/1994” e “Inexistindo elementos que demonstrem a boa-fé dos responsáveis”, o i. Relator opinou pela irregularidade das contas, pela notificação dos responsáveis e pela instauração de procedimento administrativo para declaração de inidoneidade da conveniente e da empresa emissora das notas fiscais (f. 198/199). Esse entendimento restou refletido na Decisão nº 3.250/2018 (f. 203/204).

4. Inconformada, a Defendente interpôs apelo, e respectivos anexos (f. 213/229), os quais restaram conhecidos na forma do Despacho Singular nº 513/2018 – GCPM (f. 233/234). O momento processual, portanto, é de análise do apelo.

ANÁLISE

RAZÕES RECURSAIS

5. Após aludir à tempestividade do apelo e registrar os fatos tratados nesta TCE (f. 213/215), a Sra. Recorrente abordou os temas a seguir resumidos:

(i) ausência de responsabilidade (f. 215/216): não era administradora da conveniente, não participou das decisões da Presidência da entidade ou sobre a aplicação dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



recursos, embora tenha assinado o Termo do Convênio. Porém, não tem acesso aos documentos referentes aos temas tratados no relatório de execução, os quais estão com a conveniente. Tal responsabilidade recairia sobre o então Presidente;

(ii) desconsideração da personalidade jurídica (f. 216/218): conforme a jurisprudência judicial colacionada, não seria possível imputar responsabilidade ao membro de entidade se não restar demonstrado o abuso por parte desse membro;

(iii) falhas na fase inicial da TCE (f. 218): não restou apurada a responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo, nem o montante desse dano, sendo reprovada discricionariamente toda a prestação de contas e desconsiderado o relatório da executora. Em acréscimo, a Corregedoria da Brasília julgou antecipadamente a lide ao realizar juízo de valor sobre as notas fiscais, sem deter conhecimento técnico ou consultas à Secretaria de Fazenda;

(iv) inobservância da opinião do MPJTCDF (f. 218/220): a Decisão combatida estaria equivocada, ainda, por contrariar a orientação do MPJTCDF pelo acolhimento das Razões de Defesa da ora Recorrente;

(v) prescrição (f. 220): registrou que, conforme alteração legislativa de 2014, as ações destinadas a imputar sanções com base na Lei nº 8.429/1992 prescrevem dentro de cinco anos a contar da apresentação da prestação de contas final.

ANÁLISE

6. A respeito da ausência de responsabilidade nos fatos, vale lembrar que à Sra. Recorrente foi imputada a prática de desvio de valores públicos, além da responsabilidade pela prestação de contas (§ 3º), derivadas da seguinte conduta: "Signatária do Termo de Convênio nº 012/2008. Não comprovação da correta aplicação dos recursos, conforme interesse público" (f. 107).

7. Da análise dos autos do ajuste, verifica-se que a Sra. Recorrente foi eleita Vice-Presidente de Finanças da conveniente para o período de 30.09.07 a 30.09.09 (f. 39/40-ap), cuja responsabilidade restringia-se à organização e desempenho do respectivo departamento, bem como, juntamente com o Presidente, assinar cheques, recibos e outros congêneres (f. 21-ap e 23/25-ap). Destaca-se que a responsabilidade de assinar documentos juntamente com o Presidente era exercida alternativamente com o Vice-Presidente de Administração, o qual possuía a responsabilidade específica de assinar "toda a documentação administrativa da Agremiação" (f. 24-ap).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



8. Assim, a assinatura da Sra. Recorrente decorreu de uma exigência estatutária da própria conveniente (f. 119-ap), mas não substitui ou divide a responsabilidade do Presidente como representante legal da entidade (f. 23-ap). O Termo de Convênio é o único documento identificado com a assinatura da Sra. Recorrente, embora seja possível constatar o domínio dos fatos e a efetiva representação da entidade pelo Presidente em diversos documentos por ele assinados, desde a solicitação dos recursos até a prestação de contas (f. 2-ap, 4/16-ap, 42/44-ap, 119-ap, 129-ap, 140/148-ap e 179-ap).

9. Considera-se, portanto, pertinente o argumento, visto que o prévio e isolado ato de assinatura do Termo de Convênio, o qual derivou de uma exigência estatutária da própria conveniente, não é suficiente para demonstrar a administração dos fatos que se seguiram ou possíveis condutas ilícitas da Sra. Recorrente, especialmente quanto à demonstração da boa e regular aplicação dos recursos.

10. Nesse sentido, o argumento a respeito da desconsideração da personalidade jurídica também merece acolhida, por não restar demonstrado que a Sra. Recorrente praticou atos de direção da entidade voltados à prática do dano identificado na execução do ajuste.

11. Discorda-se, porém, das argumentações relativas a falhas na fase inicial da TCE e à inobservância da opinião do MP/TCDF visto que todos esses elementos foram considerados na formação do juízo a respeito da apuração dos fatos, da identificação de responsáveis e da quantificação do dano. Contudo, na fase de julgamento, o TCDF não está vinculado às manifestações anteriores, ou seja, possíveis divergências nesse cenário não representam contradição ou equívoco na Decisão adotada. Também discorda-se do argumento relativo à prescrição, uma vez que a TCE não é uma ação de improbidade administrativa, mas de ressarcimento ao Erário.

12. Todavia, as referidas divergências não são suficientes para alterar a conclusão de ausência de demonstração de atos da Sra. Recorrente durante a execução do ajuste, especialmente quanto à prestação de contas, associados ao prejuízo ora identificado. Por tal razão, será sugerido o provimento parcial das Razões Recursais apresentadas e, em consequência, a reforma da Decisão nº 3.250/2018 para excluir a Sra. Recorrente do rol de responsáveis pelo dano ao Erário nesta TCE.

CONCLUSÕES

13. Por via da Decisão nº 3.250/2018, o TCDF concluiu pela responsabilidade da Sra. Neide Paula de Lima, e de outros agentes,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



no prejuízo então identificado na execução de Convênio celebrado no âmbito da Brasiliatur com entidade para realização do Carnaval de 2009.

14. Inconformada, a responsável interpôs apelo, cujas razões recursais, nesta fase processual, foram parcialmente acolhidas em razão de não restar demonstrado que a Sra. Recorrente praticou conduta ilícita na gestão da entidade conveniente lesiva ao Erário nesta TCE. Assim, será sugerido o acolhimento parcial e a reforma da Decisão nº 3.250/2018 e do Acórdão nº 213/2018 de modo a excluir a Sra. Recorrente do rol de responsáveis nesta TCE."

10. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

"I. tome conhecimento desta Instrução;

II. dê provimento parcial ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Neide Paula de Lima, em razão de não restar demonstrada conduta ilícita na gestão da entidade conveniente lesiva ao Erário, e, em consequência, reforme a Decisão nº 3.250/2018 e o Acórdão nº 213/2018 de modo a excluir a Recorrente do rol de responsáveis nesta TCE;

III. determine o retorno destes autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes."

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 489/2019-CF (fls. 248/250v), de 1º.8.2019, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



VOTO

12. Nesta fase, analisa-se o mérito do Recurso de Reconsideração interposto pela Sr^a. Neide Paula de Lima (fls. 213/229) em face da Decisão nº 3.250/18-CRR e do Acórdão nº 213/18, que lhe imputou, solidariamente, o débito de R\$ 428.414,37 (em 13.4.2018), em virtude dos prejuízos decorrentes do Termo de Convênio nº 12/08, firmado entre a extinta Empresa Brasileira de Turismo - Brasiliatur e a entidade associativa Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo.

13. O Corpo Técnico sugere o provimento parcial do apelo, pois não restou evidenciada conduta ilícita – lesiva ao Erário – na gestão da entidade conveniente. Em função disso, pugna pela reforma do **decisum**, com a consequente exclusão do nome da Recorrente do rol de responsáveis por esta Tomada de Contas Especial.

14. O **Parquet** especializado, por sua Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce à proposta da Instrução.

15. Passa-se à apreciação.

16. Compulsando os autos, verifica-se a procedência do arrazoadado da Sr^a. Neide Paula de Lima.

17. Ressalta-se que o i. Procurador-Geral, Dr. MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, por ocasião do Parecer nº 449/18, de 13.6.2018, já havia aventado esta possibilidade (fls. 175/183). Todavia, o referido entendimento restou afastado quando da edição da Decisão nº 3.250/18-CRR e do Acórdão nº 213/18.

18. Reexaminando a matéria com maior vagar, constata-se que a Sr^a. Neide Paula de Lima (Vice-Presidente de Finanças da Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo no período de 30.9.2007 a 30.9.2009) tem razão em seus argumentos, pois:

i) o prévio e **isolado** ato de assinatura do Termo de Convênio, fundado em **exigência estatutária** da conveniente, não é suficiente para demonstrar a administração dos fatos que se seguiram ou imputar à Recorrente possíveis condutas ilícitas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



relacionadas à aplicação dos recursos; e

ii) **não** restou demonstrado que a Recorrente executou atos de direção da entidade voltados à prática do dano identificado na execução do ajuste.

19. Deixa-se de acolher, todavia, a alegação de que houve **falha** na análise inicial desta Tomada de Contas Especial, uma vez que a atribuição de responsabilidade à Recorrente em etapa anterior não é motivo suficiente à referida conclusão, pois decorreu da interpretação conferida à questão pelo Tribunal naquele momento, passível de ser revista, como está sendo feito nesta oportunidade.

20. Assim, correto os Pareceres ao proporem o provimento parcial do recurso para reformar a Decisão nº 3.250/18-CRR e o Acórdão nº 213/18, excluindo, assim, a Sr^a. Neide Paula de Lima do rol de responsáveis por estas contas especiais.

Ante o exposto, em harmonia com os Pareceres, com ajustes redacionais, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. dê provimento parcial ao Recurso de Reconsideração interposto pela Sr^a. Neide Paula de Lima (fls. 213/229), em razão de não ter sido demonstrada a sua participação na prática de atos ilícitos na gestão da entidade conveniente;

II. reforme a Decisão nº 3.250/18 para excluir a Sr^a. Neide Paula de Lima do rol de responsáveis por estas contas especiais, mantendo-se íntegros seus termos no que tange aos demais responsáveis indicados no inciso IV;

III. torne insubsistente o Acórdão nº 213/18;

IV. aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação do egrégio Plenário;

V. autorize:

a) desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2019.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada.

DIGITALIZADO



ACÓRDÃO Nº/19

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 12/2008, firmado entre a extinta Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur e a entidade Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito.

Processo TCDF nº 23.648/13

Apenso nº: 371.000.843/08 (dois volumes)

Nome/Função/Período: Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo, Sr. Reinaldo Marinho Oliveira (representante legal da referida Associação) e Art Company Agência de Modelos e Manequins Ltda. – ME

Órgão/Entidade: Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas – SECONT

Síntese da impropriedade/falha apurada: falhas na execução do Termo de Convênio nº 012/2008, firmado entre a extinta Brasiliatur e a Associação Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo, para a realização do Carnaval de 2009, bem como nas notas fiscais da prestação de contas do aludido convênio, emitidas pela empresa Art Company Agência de Modelos e Manequins Ltda. – ME, com indícios de fraude que oculta o verdadeiro destinatário dos recursos repassados.

Débito imputado aos responsáveis: R\$ 428.414,37 (quatrocentos vinte e oito mil, quatrocentos e quatorze reais e trinta e sete centavos), atualizado até o dia 13.4.2018, a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso III, alínea “d”, da Lei Complementar do Distrito Federal nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço, condenando os nominados responsáveis a recolherem ao Erário o valor acima indicado, acrescido de juros de 1% ao mês e de correção monetária, conforme as disposições do artigo 212 do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S1



Regimento Interno do Tribunal c/c a Lei Complementar nº 435/2001, e determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, da referida Lei Orgânica desta Corte e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 54, inciso III, do RI/TCDF, se necessário.

ATA da Sessão Ordinária/Extraordinária nº de 2019

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s).....

Representante do MP presente: Procurador(a)

ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Fui presente:

Representante do MP

DIGITALIZADO